UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

PAOLA VIECO PINHEIRO

A FIXAÇÃO DO VALOR DA REPARAÇÃO POR DANOS
EXTRAPATRIMONIAIS

tarifação, efetividade da reparação ao empregado e efeito punitivo ao
empregador

São Paulo/SP
2020

PAOLA VIECO PINHEIRO

**A FIXAÇÃO DO VALOR DA REPARAÇÃO POR DANOS
EXTRAPATRIMONIAIS**

tarifação, efetividade da reparação ao empregado e efeito punitivo ao
empregador

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo,
como parte das exigências para obtenção
do título de Mestre em Direito do trabalho
e da Seguridade Social.

Área de concentração: Direito do Trabalho
e Seguridade Social.

Orientador: Professor Titular Doutor Sergio
Pinto Martins

São Paulo
2020

Nome: PINHEIRO, Paola Vieco

Título: A fixação do valor da reparação por danos extrapatrimoniais: tariffação, efetividade da reparação ao empregado e efeito punitivo ao empregador.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito do Trabalho e Seguridade Social

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho à minha mãe, Norma, que sempre me incentivou na busca dos meus sonhos e nunca desistiu de mim, cujos ensinamentos guiarão meus passos por toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e presença constante em minha vida.

Além dEle, ao longo do caminho desta busca pelo título de Mestre, muitos auxílios foram extremamente valiosos.

O mais fundamental de todos, o da minha família, pelo apoio incondicional.

Ao meu orientador, Professor Doutor Sergio Pinto Martins, pelo acolhimento, estímulo e dedicação à arte de ensinar.

Às Doutoras Erolde Ribeiro dos Santos Minharro e Ivani Contini Bramante pela confiança e incentivo que tem marcado a minha trajetória acadêmica.

Aos colegas do escritório Pinheiro Liberato Advogados, que me ajudaram no gerenciamento do escritório e nas ausências que possibilitaram a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre estudo e análise prática dos danos extrapatrimoniais oriundos das relações de trabalho, em especial com alterações provenientes da Lei nº 13.467/2017. Inicialmente a pesquisa busca sistematizar a responsabilidade civil, máxime no que diz respeito aos deveres e direitos personalíssimos do empregado, considerando em si mesmo ou inserido em meio ambiente laboral, para estruturar ordem de danos extrapatrimoniais (moral, existencial, estético, socioambiental e moral coletivo). Um dos enfoques para este estudo é uma proposta de releitura construtiva e interpretativa sistemática dos artigos 223-A a 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho. Para esta finalidade são abordados também aspectos de direito estrangeiro, tanto pela doutrina quanto jurisprudência, de países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Espanha e Portugal desenhando modelos de quantificação e fixação de indenizações, com análise dos seus aspectos compensatórios, punitivos, pedagógicos e preventivos, demonstrando a inconstitucionalidade e inefetividade da utilização do sistema e tarificação das indenizações, em contraposição ao disposto no artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho.

Palavras- chave: Responsabilidade Civil. Danos Extrapatrimoniais. Danos Personalíssimos. Contrato de Trabalho. Reforma Trabalhista. Tarificação de Danos.

ABSTRACT

This dissertation deals with the study and practical analysis of non-pecuniary damages arising from employment relationships, in particular from the changes that resulted to the Law nº 13.467/2017. Initially, the research seeks to systematize civil liability, maximum with regard to the employee's very personal duties and rights, considering himself or herself in the work environment, to structure an non-pecuniary damages system (moral, existential, aesthetic, socio-environmental and collective morality). One of the focuses for this study is a proposal for a systematic and constructive reinterpretation of articles 223-A to 223-G of the Consolidation of Labor Laws. For this purpose, aspects of foreign law are also addressed, both by doctrine and jurisprudence, from countries such as the United States, United Kingdom, France, Spain and Portugal designing models for quantifying and fixing *quantum* for damages, with analysis of the following aspects: compensatory, punitive, pedagogical and preventive, demonstrating the unconstitutionality and ineffectiveness of the use of the system and the charging of indemnities, in contrast to the provisions of article 223-G of the Consolidation of Labor Laws.

Key-words: Civil Liability. Non-Pecuniary damages. Personal Damages. Employment Contract. Labor Reform. Damage charging.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANAMATRA	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
ARR	Agravo em Recurso de Revista
CC	Conflito de Competência
CC	Código Civil
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DEJT	Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
DJE	Diário da Justiça Eletrônico
ED	Embargos de Declaração
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MP	Medida Provisória
Nº	Número
OJ	Orientação Jurisprudencial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Rel.	Relator
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
RO	Recurso Ordinário
RR	Recurso de Revista
SDI	Seção de Dissídios Individuais
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. RESPONSABILIDADE CIVIL	16
1.1 Conceito	17
1.2 Responsabilidade contratual e extracontratual	19
1.2.1 Fundamentos e as consequências da classificação da responsabilidade trabalhista como contratual	20
1.3 A lógica da responsabilidade civil e seus princípios fundantes	23
1.4 Elementos da Responsabilidade Civil	25
1.4.1 Dano	26
1.4.2 Ação lesiva	27
1.4.3 Nexo causal	29
1.5 O princípio da solidariedade como balizador da responsabilidade civil nas relações laborais	33
2. DANO OU LESÃO	37
2.1 Classificação dos danos	37
2.1.1 Dano patrimonial ou material	37
2.1.2 Danos por perda de uma chance	39
2.1.3 Danos extrapatrimoniais	42
2.1.3.1 Danos extrapatrimoniais trabalhistas	43
2.1.4 Dano Moral	45
2.1.4.1 Evolução histórica	45
2.1.4.2 Conceituação	48
2.1.4.3 Teorias e os diversos conceitos de dano moral	49
2.1.5 Dano estético	56
2.1.6 Dano existencial	58
2.1.7 Dano socioambiental	60
2.1.8 Dano moral coletivo	62
3. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS DERIVADOS DAS RELAÇÃO DE TRABALHO	65
3.1 Considerações sobre a reforma trabalhista	65
3.2 Reforma trabalhista <i>versus</i> vedação do retrocesso social	67
3.3 Reforma Trabalhista no tocante aos danos extrapatrimoniais	70
3.4 O artigo 223 de “A” a “G” da CLT	73
3.4.1 O diálogo das fontes e os danos extrapatrimoniais	75

3.4.2 Exclusividade do direito à reparação.	78
3.4.3 Restrição dos bens tutelados e a interpretação sistemática.	81
3.4.4 Rol de bens tutelados da pessoa jurídica.	83
3.4.5 Solidariedade dos que concorreram para o dano.	84
3.4.6 Cumulação de danos materiais e extrapatrimoniais.	88
3.4.7 Critérios para aferição das indenizações por danos extrapatrimoniais.	89
3.4.8 Critérios para reincidência.	90
3.5 Positivação do dano existencial.	92
3.6 Danos extrapatrimoniais coletivos.	94
3.7 Danos estéticos e socioambientais.	95
3.8 Discriminação de valores entre reparações por dano de natureza patrimonial e extrapatrimonial.	96
4. DIREITOS PERSONALÍSSIMOS DO EMPREGADO E OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR.	97
4.1 Direitos sociais fundamentais e o contrato de trabalho.	98
4.1.1 Direitos que consideram o indivíduo trabalhador ontologicamente considerado.	100
4.1.1.1 Direito aos valores humanos: nome, honra, imagem, autodeterminação e privacidade.	101
4.1.2 Direitos que consideram o indivíduo trabalhador como parte interativa do ambiente de trabalho.	107
4.1.2.1 Direito à integridade física com devida promoção da correção dos riscos ambientais.	108
4.1.2.2 Direito a um tratamento probo e igualitário.	110
5. TUTELA JURISDICIONAL DA REPARAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.	113
5.1 Elementos compensatórios ou satisfativos.	113
5.2 Elementos punitivos ou sancionadores.	116
5.3 Dupla função da reparação – associação de elementos.	120
5.3.1 O caráter punitivo-pedagógico e a nova responsabilidade civil.	123
6. CRITÉRIOS E LIMITES PARA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.	131
6.1 Experiências anteriores à Lei nº 13.467/2017.	131
6.2 Referências no direito comparado.	136
6.2.1 Espanha.	136
6.2.2 Reino Unido.	138

6.2.3 Estados Unidos.....	139
6.2.4 França	140
6.2.5 Portugal	142
6.3 Construções Doutrinárias acerca dos critérios para quantificação dos danos extrapatrimoniais.....	144
6.4 Problemática da tarificação da indenização dos danos extrapatrimoniais	154
6.5 Critérios de quantificação do artigo 223-G da CLT	157
6.6 Critérios legais de parametrização para a tarificação dos danos extrapatrimoniais	160
6.7 A culpa como critério de quantificação de indenização	162
6.8 Proposta de releitura e interpretação do artigo 223-G da CLT.....	163
7. QUESTÕES PROCESSUAIS RELATIVAS À QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS	166
7.1 Liquidação do pedido de indenização na petição inicial	166
7.2 Princípio da congruência e o grau de limitação do julgador.....	171
7.3 Dever de fundamentação	173
7.4 Tutela não pecuniária dos danos extrapatrimoniais.....	175
7.5 Honorários advocatícios nas ações que envolvam danos extrapatrimoniais....	177
CONCLUSÕES	180
BIBLIOGRAFIA	183

INTRODUÇÃO

Embora a responsabilidade civil, inegavelmente, tenha contemplado o dano moral desde os primórdios, em ordenamentos que influenciaram as codificações modernas, nem sempre o instituto teve a importância e o reconhecimento alcançado na atualidade.

Várias são as controvérsias que permeiam o dano extrapatrimonial, principalmente durante o último século. Podemos citar quatro delas, todas abordadas no presente trabalho. A primeira questiona a possibilidade da existência do desagravo moral, já que o dano não poderia ser visto ou palpável, insuscetível, portanto, de certeza.

A segunda deu maior destaque à questão atinente à inviabilidade de ressarcimento do dano, posto que impossível seria atribuir um preço à dor, muito menos ordenar a restituição do lesado ao seu estado anterior, como naturalmente ocorria com o dano material. A controvérsia, nessa trilha, após longo percurso, restou superada em definitivo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que auxiliada por estudos doutrinários, legislações específicas anteriores e julgados proferidos a respeito, reconheceu vez por todas o dano moral, garantindo às vítimas o direito ao integral ressarcimento.

Tratou-se da passagem do pensamento essencialmente patrimonialista, influenciado pelo liberalismo econômico, para a total valorização do ser humano, como bem supremo de todo o ordenamento jurídico, início, meio e fim de toda e qualquer ação e relação interpessoal.

Foi a consagração do respeito à dignidade da pessoa humana como princípio constitucional, complementado, posteriormente, pela previsão expressa do respeito aos direitos da personalidade, que embora previstos de forma não taxativa, foram insculpidos pelo Código Civil de 2002.

A terceira discussão, decorrente do reconhecimento da ressarcibilidade do dano moral aliado à necessidade de integral proteção da dignidade da pessoa humana, se relaciona com aspecto atinente à prática processual, que embora

tenha sido tratada de maneira breve, em rápidas pinceladas, se mostrou de grande importância para a completude da obra.

A quarta controvérsia, caracterizada como o verdadeiro objeto do presente estudo, há muito existente entre nós, mas ainda sem total superação entre juristas e legisladores, diz respeito à indenização devida, já que sempre pairam dúvidas acerca da maneira ou forma ideal por meio da qual se determinará o ressarcimento.

Nesse passo, procurar-se-á no trabalho proposto identificar as sugestões doutrinárias, bem como as soluções apresentadas por leis específicas, seja indicando critérios subjetivos, que ficam à disposição do magistrado para avaliação e posterior arbitramento, como as condições pessoais da vítima e do ofensor, a gravidade da lesão, a extensão do dano, o contexto e realidade econômica brasileira, entre outros, seja indicando critérios objetivos.

O estudo do direito comparado, pautado na análise dos critérios para a quantificação do dano moral em alguns países, da mesma forma, foi utilizado como subsídio, orientando para a conclusão do trabalho.

Muito se fala da modernização das relações de trabalho, sendo que, em geral, costuma-se associar “modernização” a “desenvolvimento” e “progresso”, que, no entanto, não se esbarrou neste novo mundo do trabalho. Isso porque, a despeito de tantas novidades e inovações, a modernização das relações laborais não significam, necessariamente, a valorização do trabalho humano.

É cediço e reafirmado pela Organização Internacional do Trabalho que trabalho não é mercadoria, ocorre que, mesmo envolto por este estágio civilizatório mundial e protegido por convenções e tratados que propagam o respeito e reconhecimento ao trabalhador enquanto ser humano, o sistema do trabalho ainda sofre influxos dos novos paradigmas do direito contratual.

Muito além do que prestação do labor e recebimento de salário, o contrato de trabalho deve ter um significado muito mais amplo, com aquilo que se espera da própria sociedade: mais tolerância, mais respeito, mais solidariedade e preocupação com próximo.

Ou seja, não é um simples contrato, aliás, indo mais além, especialmente porque o descumprimento das cláusulas deste instrumento não se configura como apenas um inadimplemento contratual, mas corresponde a uma análise de muitos outros elementos como: boa-fé objetiva e deveres anexos do contrato, conceito de trabalho digno e decente, princípio da solidariedade e quais os deveres do empregador para realização destes elementos.

Sabemos que poucos são os empregadores, de fato, preocupados com o valor humano do trabalho, com o acesso ao mínimo existencial, tratamento probo e igualitário, promoção e correção dos riscos ambientais, dentre outros.

Em razão disso, a solução é uma mudança de cultura, de mentalidade, que pode se iniciar por meio da interpretação da responsabilidade por danos extrapatrimoniais e a tutela eficiente na reparação por danos e lesões de direitos fundamentais.

A parte fundamental deste trabalho, além do já exposto, cuida especificamente dos danos extrapatrimoniais derivados das relações de trabalho, com destaque à nova regulamentação do dano extrapatrimonial trabalhista, apontando críticas e problemas deste novo cenário e propondo interpretação conforme dos institutos relacionados no Título II-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

O dilema central a ser ultrapassado compõe-se de: como interpretar os artigos 223-A e seguintes da CLT preservando-lhes a constitucionalidade e quais as obrigações e direitos extrapatrimoniais presentes nas relações de trabalho.

Especificamente quanto à fixação e quantificação da indenização dos danos extrapatrimoniais oriundos das relações de trabalho, propondo tutela adequada a cumprir finalidade compensatória, punitiva e preventiva por meio de obrigação não apenas *in pecunia*, mas também via obrigação de fazer ou não fazer.

Neste contexto, o artigo 223-G da CLT é analisado mais detidamente em meio a propostas de interpretação construtiva com o fito de traçar algumas preocupações voltadas para repercussões processuais e sociais do novo título

da CLT dos danos extrapatrimoniais.

O enfoque central do trabalho será restrito ao dano extrapatrimonial individual, cuja pessoa natural, o empregado, seja a vítima, excluindo de uma análise mais aprofundada o estudo dos danos coletivos e em relação à pessoa jurídica, embora brevemente mencionados, justamente com a finalidade de garantir abordagem mais profunda e completa do dano extrapatrimonial individual e da respectiva responsabilidade do empregador, em especial no cenário de tarifação e inconstitucionalidade atualmente em vigência no nosso país.

CONCLUSÕES

A despeito de todas as teorias acerca do elemento subordinação para configuração da relação de emprego, é manifesto que há no ambiente de trabalho estado de sujeição pelo empregado, na medida em que o espaço e o tempo do trabalhador estão subordinados à organização empresarial.

Por óbvio que, se o dano extrapatrimonial ocorre no trabalho, durante o trabalho ou em razão do trabalho, a responsabilidade do empregador deve ser reconhecida. Não aceitá-la significaria a aceitação e convivência com práticas de trabalho indigno, inseguro e indecente, rechaçadas não apenas no Brasil, como internacionalmente por organizações internacionais (como a OIT) e qualquer Estado que tenha dignidade da pessoa humana como valor fundamental.

Um dos meios de contenção dos desmandos e excessos do poder econômico pode ser feito por meio da responsabilidade civil, com base no reconhecimento da responsabilidade contratual do empregador, uma vez que a Constituição propõe o diálogo entre a valorização do trabalho humano, existência digna e a livre concorrência.

O que não se pode permitir é a transformação do trabalhador em mera engrenagem da produção, o que pode e deve ser neutralizado com condutas de boa-fé objetiva e respeito à função social do contrato, resgatando a prevalência dos interesses humanos em detrimento de interesses patrimoniais nas relações contratuais.

A ideia é que a imputação da responsabilidade se volte aos direitos personalíssimos dos empregados, sem perder de vista o papel do empregador como agente capitalista, buscando uma concordância ou equilíbrio prático entre os valores constitucionais do trabalho humano e a preservação da livre iniciativa.

Quando há violação dos direitos personalíssimos do empregado, resta pacífico na jurisprudência o cabimento de reparação no dano extrapatrimonial, e

neste conceito, há que se abandonar o conceito de reparação integral para que possamos perseguir o ideal de reparação adequada, apta a recompensar a vítima, reprimir o ofensor e ofertar resposta social.

Nesta busca podemos entender que a reparação pode ser *in pecunia* ou *in natura*, abarcando o viés compensatório, punitivo e preventivo. Esta chamada reparação adequada pode ser representada por obrigação de fazer, de pagar ou mesmo ambas cumuladas, concedendo à vítima algo que lhe traga conforto positivo “equivalente” ao impacto negativo recebido.

A tutela punitiva-pedagógica ou punitiva-preventiva é cabível como elemento de ressarcimento dos danos extrapatrimoniais trabalhistas, podendo ser concebida por multas, suspensões de atividades, obrigações de fazer, dentre outros, tudo com o objetivo de evitar a reincidência. Ou seja, neste aspecto não deve importar em enriquecimento / ganho econômico para a vítima, mas à prevenção de ocorrência de novos danos da mesma natureza.

Especificamente no quanto às previsões legais relativas aos danos extrapatrimoniais, a Reforma Trabalhista prevista na Lei nº 13.467/2017, dentre muitas outras alterações, incluiu o Título II-A à CLT (artigos 223-A a 223-G), que suscita muitos questionamentos, em específico pela violação aos artigos 7º, XXVIII, 170 e 225 da Constituição Federal pelo parágrafo primeiro com seus incisos do artigo 223-G da CLT.

Todo o raciocínio lógico desenvolvido neste trabalho nos leva a conclusão de que os referidos artigos 223-A a 223-G da CLT, por sua interpretação literal são eivados de inconstitucionalidade. Entretanto, considerando que estes dispositivos encontram-se vigentes, bem como partindo da premissa que o ordenamento jurídico não pode conter antinomias, formado por partes separadas que, em conjunto, tornam o sistema coeso, não resta sorte diversa senão buscar um modo de compatibilizar todos os dispositivos legais por meio de interpretação sistemática, conforme a Constituição Federal.

Este entendimento deve se aplicar não apenas para a tariffação prevista no §1º do artigo 223-G da CLT, bem como para todos os outros artigos pertencentes ao Título II-A, conforme já exposto no desenvolvimento do trabalho.

Um dos aspectos mais polêmicos da reforma trabalhista justamente se deu em razão da tarifação, que deve ser entendida como flexível e orientadora, mantendo os julgadores livres para fixar valores diversos em casos que extrapolem o limite indicado pelo legislador, desde devidamente justificado, preservando a isonomia, segurança jurídica e previsibilidade das decisões judiciais.

Por este motivo, o entendimento do parágrafo primeiro do artigo 223-G da CLT tal como previsto, em sua interpretação literal, revela-se flagrantemente inconstitucional, uma vez que o artigo 5º, V da Constituição Federal garante o direito a indenização proporcional à lesão, sendo impossível o estabelecimento de limites máximos para reparação de danos extrapatrimoniais.

Os incisos do parágrafo primeiro do mesmo artigo devem ser observados como instrumento de aplicação do princípio isonômico e de superação da insegurança jurídica, sem prejuízo da mais ampla liberdade do magistrado em avançar sobre os tetos sugeridos em lei, devidamente cumprido o ônus de fundamentação.

Não obstante alguns entendam que deixar a fixação do valor relativo ao dano moral ao arbítrio do judiciário é um procedimento frágil e perigoso, haja vista a subjetividade com que pode ser tratada, gerando disparidades entre julgamentos que analisam danos da mesma espécie, entendemos que este se verifica, ainda, o melhor caminho para que a indenização alcance seus objetivos, quais sejam, satisfazer plenamente a vítima e desestimular o ofensor.

Porém, não podemos deixar de apontar que para que se alcance o objetivo proposto pelo instituto da responsabilidade civil, o arbitramento judicial deve ser realizado de forma objetiva, ou seja, reiteramos, deverá ser com clareza e com fundamentada justificativa dos motivos determinantes de sua decisão, apontando-se para cada um dos parâmetros já sugeridos. Com tal procedimento, motivadas as decisões, evidentemente, não se haverá que repudiar a atuação dos magistrados, com base na disparidade das decisões. Devidamente justificadas em cada caso concreto, tal argumento ficará fora de cogitação.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. ***Dano moral e indenização punitiva: os punitive damages na experiência do common law e na perspectiva do direito brasileiro***. Rio de Janeiro, Forense, 2006.

BARCELLOS, Ana Paula de. ***A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana***. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. ***A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação***. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010, p. 11. Disponível em: https://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em: 02/11/2019.

_____; OSÓRIO, Aline Rezende Peres. ***Sabe com quem está falando?: algumas notas sobre o princípio da igualdade no brasil contemporâneo***. Disponível em: http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/09/SELA_Yale_palestra_igualdade_ versao_ fina.pdf. Acesso em: 14/10/2019

BEBBER, Júlio César. ***Danos extrapatrimoniais - estético, biológico e existencial***: breves considerações. Revista LTr, São Paulo, v. 73, n. 1. p. 28, jan. 2009.

BREBBIA, Roberto H. ***El daño moral***. Rosário: Orbir, 1967.

BELMONTE, Alexandre Agra. ***Instituições Cíveis no Direito do Trabalho***. 4. Ed. Atual. Ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

_____. ***Tutela da composição dos danos morais nas relações***

de trabalho: identificação das ofensas morais e critérios objetivos para quantificação. São Paulo: LTr, 2014.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil dos danos morais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

_____. **Reparação Civil por danos morais: a questão da fixação do valor**. Revista de Doutrina do Jornal Tribuna da Magistratura, jul/1996.

BONNECHÈRE, Michèle. **Santé-sécurité dans l'entreprise et dignité de la personne au travail**. In: **Le Droit Ouvrier. Revue juridique de la Confédération Générale du Travail**. Paris: Novembro de 2003, p. 453-486

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. **O dano existencial e o direito do trabalho**. Revista LTr, São Paulo. v. 77, n.4, abr. 2013.

BUARQUE, Sidney Hartung. **Da demanda por dano moral na inexecução das obrigações**. Rio de Janeiro, Forense, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 6.960/2002**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=56549>. Acesso em: 13/07/2019

_____. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Relator Deputado Regis de Oliveira. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=777390. Acesso em: 13/07/2019

_____. **Projeto de Lei nº 7.124/2002**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961. Acesso em: 13/07/2019

CASSAR, Vólia Bomfim. BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à reforma trabalhista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2005

CERVEAU, Bernard. **Colloque Cour de cassation 2 juillet 2007: L'assurabilité du préjudice extra patrimonial**. Disponível em: https://www.courdecassation.fr/IMG/File/pdf_2007/02-07-2007/02-07-2007_cerveau.pdf. Acesso em: 13/07/2019

CONSELHO DA EUROPA. **Carta Social Europeia Revista**. Disponível em português em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-social-europeia-revista-20>. Acesso em: 10/03/2019

COSTA, Eliane Romeiro; CARVALHO, Osvaldo Ferreira. **O princípio da proibição do retrocesso social no atual marco jurídico-constitucional brasileiro**. DPU nº. 34 Jul-Ago/2010.

COSTA, Marcelo Freire Sampaio. **Dano moral (extrapatrimonial) coletivo: leitura constitucional, civil e trabalhista: estudo jurisprudencial**. São Paulo: LTr, 2009.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2009

DEJOURS, Christophe; DESSORS, Dominique; DESRIAUX, François. **Por um trabalho, fator de equilíbrio**. Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 3, mai/jun 1993. São Paulo.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho**. 3. Ed. São Paulo: LTr, 2008.

DE PLÁCIDO E SILVA, **Vocabulário Jurídico**, Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil**. São Paulo: LTr, 2017.

_____. **Curso de direito do trabalho**. 16. Ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Rodrigo Mendes. **O valor do dano moral: como chegar até ele**. 2ª ed. Leme: J. Mizuno, 2004.

DIAS, José Aguiar. **Da responsabilidade civil**, Rio de Janeiro: Forense, 1987, v. 2.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Responsabilidade civil**. Vol 7. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Indenização por dano moral: a problemática do quantum**. Revista Jurídica, CONSULEX, 1997, ano 1 - n° 03.

DINTILHAC, Jean Pierre (coord). **Rapport du groupe de travail chargé d'élaborer une nomenclature des préjudices corporels**. Paris: Ministério da Justiça, 2005. Pesquisa completa disponível em: <https://www.vie-publique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/064000217.pdf>. Acesso em: 12/12/2019

ESPANHA. **Boletín Oficial del Estado**. N. 228. Sec. I, p. 84473 -84979. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2015/09/23/pdfs/BOE-A-2015-10197.pdf>. Acesso em: 12/12/2019

_____. **Constitución**. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1978-31229>. Acesso em: 12/12/2019

ESTADOS UNIDOS. **Restatement of Contracts (Second)**. Hein online.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João; MARANHÃO, Ney (coordenadores). **Direito Ambiental do Trabalho**: apontamentos para uma teoria geral. V. 3. São Paulo: LTr, 2017

_____. URIAS, João (coordenadores). **Direito Ambiental do Trabalho**: apontamentos para uma teoria geral. V. 1. São Paulo: LTr, 2013.

_____ (Org.); TREVISÓ, Marco Aurélio Marsiglia (Org.); FONTES, Saulo Tarcísio de Carvalho (Org.). **Reforma Trabalhista**: Visão, Compreensão e Crítica. São Paulo: LTr, 2017.

FRANÇA, Rubens Limongi. **As raízes da responsabilidade aquiliana**. In: Revista 1. Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 1985, p. 64. Disponível em: <http://www.ablj.org.br/revistas/revista1/revista1%20R%20LIMONGI%20FRAN%C3%87A%20As%20Ra%C3%ADzes%20da%20Responsabilidade%20Aquilina.pdf>. Acesso em 27/05/2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: parte geral**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2004, v.1.

GOMES, José Jairo. **Responsabilidade Civil e Eticidade**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2005, p.297

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro. Responsabilidade Civil**. Vol 4. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPEZ, Teresa Ancona. **Do dano estético**. São Paulo: LTr, 1980.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Direito à desconexão do trabalho**. Disponível no site: https://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/do_direito_%C3%A0_desconex%C3%A3o_do_trabalho..pdf. Acesso em: 18/08/2019

_____; SEVERO, Valdete Souto (coord). **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista**. 1. Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MANENTE, Luiz Virgílio P. Penteado e NETO, Antonio Marzagão Barbuto. **Indenizações milionárias - O caráter punitivo da indenização por dano moral**. Disponível em <http://www.intelligentiajuridica.com.br/bate-boca/bb-set2002.html>. Acesso em: 14/10/2019.

MARANHÃO, Ney. TUPINAMBÁ, Pedro Tourinho (coord). **O mundo do**

trabalho no contexto das reformas. São Paulo: LTr, 2017.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.** 2. Ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Ives Gandra. **Consultas e Pareceres (Cível).** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MARTINS, Sergio Pinto. **Dano moral decorrente do contrato de trabalho.** 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado. Direito das obrigações.** Rio de Janeiro: Borsói, 1958, tomo 26.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano Moral Coletivo.** 4 ed. São Paulo: LTr, 2014.

MELO, Geraldo Magela. **A vedação do retrocesso e o direito do trabalho.** Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Belo Horizonte, v.52, n.82, p.65-74, jul./dez.2010.

MORAES, Maria Celia Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NAHAS, Thereza e MIZIARA, Raphael. **Impactos da reforma trabalhista na jurisprudência do TST.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Assédio Moral no Trabalho.** 3. Ed. São Paulo: LTr, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 161.**

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0127.htm.

Acesso em: 29/12/2019

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. ***O dano extrapatrimonial trabalhista após a lei n. 13.467/2017, modificada pela MP n. 808, de 14 novembro de 2017.***

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região. Belo Horizonte, p. 333-368, nov. 2017.

_____. **Proteção jurídica à Saúde do Trabalhador.** 5.ed. São Paulo: LTr, 2010.

_____. **Indenização por acidente do trabalho ou doença ocupacional.** 8 ed. São Paulo: LTr, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ***Declaração Universal dos Direitos Humanos.*** Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 23/07/2019

PINTO JÚNIOR, Amaury Rodrigues. ***A quantificação do dano: acidente de trabalho e doenças ocupacionais.*** São Paulo: LTr, 2016.

PORTUGAL. **Código Civil.** Disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358682/C%C3%B3digo+Civil.pdf/2e6b36d8-876b-433c-88c1-5b066aa93991>. Acesso em: 15/12/2019

_____. **Código Civil** Disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358682/C%C3%B3digo+Civil.pdf/2e6b36d8-876b-433c-88c1-5b066aa93991>. Acesso em: 12/12/2019

PUCCINELLI JÚNIOR, André. ***Curso de Direito Constitucional.*** São Paulo: Saraiva, 2012

REINO UNIDO. House of Lords. ***Case Addis v Gramophone*** [1909] AC 488. Disponível em: <http://www.e-lawresources.co.uk/cases/Addis-v->

Gramophone.php. Acesso em: 13/07/2019

RODRIGUES, Deusmar José. **Lei da Reforma Trabalhista**: comentada artigo por artigo. Leme: JH Mizuno, 2017.

SANTANA, Nilson Matias de. **O processo legislativo e a proibição de retrocesso social: um limite à atuação do legislador**. Monografia de conclusão de curso de especialização. Curso em Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2008, p. 45. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5754#>. Acesso em: 01/11/2019

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano moral indenizável**, 4^a.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **O dano moral na dispensa do empregado**. 6.ed. São Paulo: LTr, 2017.

_____. **Processo coletivo do trabalho: tutela do dano moral trabalhista**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SANTOS, Maria de Fátima Zanetti Barbosa e. **A problemática da fixação do valor da reparação por dano moral**: um estudo sobre os requisitos adotados pela doutrina e jurisprudência tendo em vista a natureza e a função pedagógico-punitiva do instituto. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Ulderico Pires dos. **A responsabilidade civil na doutrina e na jurisprudência**, 2^a.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SAVATIER, René. **Traité de la responsabilité civile en droit français**. 2. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1951, tomo II, n. 525.

SAVI, Sérgio. **Responsabilidade civil por perda de uma chance**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 33.

SCHIAVI, Mauro. **Ações de Reparação por Danos Morais Decorrentes de Relação de Trabalho**. 4. Ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 12 ed. São Paulo: LTr, 2017.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista**. 1. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. **E agora, Tarsila? Dilemas da reforma trabalhista e as contradições no mundo do trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, Wilson de Melo da. **Dano moral e sua reparação**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

STIGERT, Bruno. **O constitucionalismo solidário: responsabilidade, democracia e inclusão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

STOCCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PORTUGAL. **Processo nº 3310/11.6TBALM.L1.S1**. 6ª Secção. Relator Fonseca Ramos. Julgado em 08.03.2018

TARTUCE, Flávio. **Dano moral decorrente do contrato de trabalho**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. **Manual de Direito Civil**. Volume único. 7ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. **Notas sobre o nexó de causalidade**. Revista Jurídica. Ano 50 – jun/2002 – n. 296.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol 1. 57. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TUPINAMBÁ, Carolina. GOMES, Fábio Rodrigues (coord). **A Reforma trabalhista**: O Impacto nas Relações de Trabalho, Belo Horizonte: Fórum, 2018.

_____. **Danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

VALLE, Christino Almeida do. **Dano moral**, Rio de Janeiro: Aide, 1993.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**, 5ª.ed., São Paulo: Atlas, 2005

ZENUN. Augusto. **Dano moral e sua reparação**, 7ª ed. Forense, Rio de Janeiro, 1998.

_____, **Les différents types de prejudices**. Disponível em: <https://www.hello-victimes.fr/l-aide-aux-victimes/les-diff%C3%A9rents-types-de-pr%C3%A9judices/>. Acesso: 13/07/2019